

O indivíduo e a morte

ANTONIO INÁCIO ANDRIOLI*

*“Ao meu partido me fizeste indestrutível porque contigo não termino
em mim mesmo”.*
(Pablo Neruda).

Não há nenhuma experiência humana que possa ser comparada à morte. Em primeiro lugar, ela é tão única que sequer permite a possibilidade de tematização por parte de quem a vivencia. Em segundo lugar, não há ser humano que não passe por ela e que, no decorrer de sua vida, não tenha, no mínimo, se preocupado com ela. Mas, por que deveríamos nos preocupar com algo que, quando vier a acontecer conosco, já não estaremos mais existindo? É exatamente essa a preocupação: a ideia da “não existência” e a impotência diante dessa obviedade da existência humana: a finitude da vida individual.

Em uma sociedade centrada no indivíduo, somos tencionados a tratar os outros com indiferença, a sobrevalorizar nossa existência individualista, a nos afirmar como sujeitos autônomos e autossuficientes, alimentados pela ânsia de competir com os outros, de “conquistar” espaços e de acumular riquezas para nós mesmos e/ou, no máximo, para nossa família. Assim, o ciclo nascer- acumular-reproduzir-morrer parece definir toda a trajetória normal do ser humano na sociedade

capitalista. A ideia da morte chega como estágio final de uma vida “predestinada” ao cumprimento da normalidade das coisas; no entanto, no confronto com a morte, a normalidade prevista passa a ser questionada. Afinal, nesse momento, o “endeusado” indivíduo deixa de existir e a vivência em torno de si mesmo perde seu sentido. Como resolver esse dilema?

Uma alternativa é a crença na vida após a morte, com a salvação da alma privada, longe do castigo de um inferno coletivo, comum à maioria das demais. Será que há alguém que, por mais ateu que se declare, não tenha acreditado nisso pelo menos uma vez, mesmo que no final da sua vida? O fenômeno continua único e, portanto, a liberdade da crença nas mais diferentes variantes de vida após a morte é um direito de cada um e, como dizia Ludwig Feuerbach, essa é uma das grandes virtudes das crenças que, nesses momentos, servem para aliviar o sofrimento humano diante do inevitável.

Mas há uma outra alternativa que pode substituir a anterior ou, então, pode ser combinada com aquela. A ideia de uma “imortalização” a partir de grandes feitos, escritos, pinturas, ações que



* **ANTONIO INÁCIO ANDRIOLI** é doutorando em Ciências Sociais na Universidade de Osnabrück – Alemanha.

extrapolem a normalidade das coisas e permitam um lugar novamente individual, destacado dos outros. Essa expectativa de ficar na história por meio de um livro ou da participação em um evento digno de reconhecimento, parece mais segura na tentativa de edificação do “indivíduo imortal”. Mas, assim como a salvação privada da alma, esse não é um caminho que permite o acesso a todos, pois a ideia de um coletivo ilimitado rompe com o pressuposto da individualização permanente. A saída não pode, portanto, ser generalizada. Há também problemas na forma como se dá o reconhecimento de uns e outros. A mídia, por exemplo, que na sociedade capitalista é economicamente corruptível, pode contribuir para que uns sejam mais reconhecidos do que outros. Assim, vilões podem ser transformados em heróis e grandes feitos podem ser descaracterizados, sem registro notável para a história.

O dilema permanece sem solução, pois as saídas previstas diminuem a certeza acerca daquilo que se procura e ninguém poderá constatar sua eficácia, já que essas evidências só podem ser conferidas após a morte. Mas por que, afinal, essa busca desenfreada da afirmação individual?

Parece que a ideia de finitude é que nos impõe essa exigência. É pela consciência da finitude que tanto valorizamos a nossa existência individual. Se não fôssemos finitos e se não soubéssemos da nossa própria finitude, encararíamos a vida de outra forma e não atribuiríamos sentido à temporalidade. Assim como na alegoria da pomba de Immanuel Kant, em que a existência do ar é o que permite à pomba voar — mesmo que, em um primeiro momento, o vento nos pareça empecilho ao voo — é a condição finita da temporalidade que fundamenta o sentido da existência humana. Mas a

temporalidade finita não é um problema individual, é um problema de toda a espécie humana. Diante da morte temos a oportunidade de nos concebermos como coletivamente confrontados com uma mesma situação.

A noção de indivíduo, por sua vez, é construída a partir da relação com os outros. Só conhecemos a nós mesmos pela forma como os outros nos concebem. A partir do confronto com o outro, identificamos a nós mesmos e tomamos consciência de nossa relação estreitamente imbricada. Se, por um lado, somos condenados a ser livres, como dizia Jean-Paul Sartre, por outro, não temos como não interferir na liberdade do outro. Os limites entre o “eu” e o outro estão entrelaçados, pois ambos são sujeitos que se definem mutuamente; assim, a morte de um outro significa também a perda de parte do “eu” que se constituiu na relação com aquele. A nossa vivência fica marcada naqueles com quem nos relacionamos e em tudo aquilo que, com os outros, construímos como acúmulo para a humanidade.

Entretanto, conceber-se como humanidade é um processo doloroso. É necessário recusar as alternativas sedutoras e confortantes que a ordem social constituída nos oferece e ao sentido que a sociedade atual atribui à morte. A consciência de humanidade pressupõe o reconhecimento da fraqueza do indivíduo e seu caráter transitório e, ao mesmo tempo, a aceitação da possibilidade de continuação de nós mesmos no outro, como parte integrante da construção coletiva da história. É só nessa perspectiva que podemos nos dispor a contribuir na construção de algo que, possivelmente, não iremos vivenciar. Por outro lado, jamais saberemos o limite preciso entre aquilo que conseguiremos vivenciar e aquilo



que permanecerá como utopia, após nossa existência individual. O nosso esforço no sentido da construção de um novo indivíduo mais humano e mais solidário e, como consequência, de novos valores e novas relações sociais, permite a compreensão da temporalidade além dos limites de nós mesmos. Como humanidade, não morremos, pois ela é um processo que não termina e nossa participação consciente nele é a parcela de vida temporalmente definida que nos permite vivenciá-la.

Portanto, se a vida é única e a morte é o indicativo de sua finitude, a consciência de temporalidade do indivíduo o torna mais responsável pelas suas opções cotidianas e consciente de que a intensidade de sua vida depende daquilo que a humanidade, em seu conjunto, vai definindo. Vivemos aquilo que ajudamos a construir, partindo da tradição daquilo que os outros nos deixaram. Ao morrermos como indivíduo, nos incorporamos ao espírito da humanidade de nossa época.

Osnabrück,
novembro de 2003.